



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 443/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições e condições de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, incluindo o acompanhamento da gestante, da lactante e da pessoa em sofrimento psíquico.

Lei Federal nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, que autoriza e disciplina a prática da tele saúde em todo o território nacional e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Lei Federal nº 14.721, de 8 de novembro de 2023, que altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério.

Portaria MS nº 648, de 28 de março de 2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, do Programa Saúde da Família - PSF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS.

Portaria MS nº 154, de 24 de janeiro de 2008, que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF.



Portaria MS nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão das diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, da Estratégia Saúde da Família - ESF e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS.

Resolução CFP nº 11, de 11 de maio de 2018, que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012.

Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 17.937, de 30 de abril de 2024, que institui o "Maio Furta-Cor - Mês de Conscientização e Incentivo ao Cuidado da Saúde Mental Materna".

Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município de São Paulo e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010.

Lei Municipal nº 15.550, de 30 de março de 2012, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a comemoração da Semana de Prevenção e Combate à Depressão Pós-Parto e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.447, de 26 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Programa Hospital Domiciliar de Atendimento e Internação Domiciliar no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.823, de 6 de fevereiro de 2018, que institui o Projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.237, de 14 de novembro de 2019, que cria o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de Promoção do Direito ao Acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.589, de 2 de agosto de 2021, que dispõe sobre a oferta de serviço específico de atendimento de mulheres com deficiência na rede pública municipal de saúde.

Lei Municipal nº 17.712, de 9 de novembro de 2021, que dispõe sobre a criação do Programa Mente Saudável, com o objetivo de promover a saúde mental e a atenção aos problemas psicológicos decorrentes da pandemia da Covid-19.

Lei Municipal nº 17.713, de 9 de novembro de 2021, que institui a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito municipal e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que define a prática da telemedicina no Município de São Paulo e dá outras providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Lei Municipal nº 18.109, de 3 de maio de 2024, que dispõe sobre a criação do Programa de Fortalecimento da Saúde Mental e de Enfrentamento à Violência Psicológica entre Mulheres - Wollying.

Lei Municipal nº 18.296, de 10 de setembro de 2025, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o mês Agosto Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna.

Decreto Municipal nº 63.686, de 21 de agosto de 2024, que cria o Programa Entrelaços, destinado a oferecer apoio e assistência às mães de pessoas com deficiência no âmbito do Município de São Paulo.

Decreto Municipal nº 64.711, de 14 de novembro de 2025, que cria a Casa Mãe Paulistana, espaço de acolhimento, apoio e fortalecimento de políticas públicas voltadas às mães de pessoas com deficiência no Município de São Paulo.

Portaria SMS nº 267, de 2023, que regulamenta as práticas de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo e revoga a Portaria SMS nº 340/2020.

PL nº 688/2025 — Institui o Programa “Bebê a Bordo”, que estabelece diretrizes para a oferta de transporte adequado e humanizado às mulheres puérperas no retorno às suas residências após alta médica em unidades públicas de saúde do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 1.328/2025 — Institui o Programa “Rota da Vida”, voltado à conscientização, promoção da vida e defesa do nascituro, e dá outras providências.

PL nº 897/2024 — Dispõe sobre a concessão e garantia, para todas as mulheres gestantes, do direito à realização do exame de ultrassonografia morfológica de segundo trimestre, com medida do colo uterino, como rotina em todos os pré-natais.

PL nº 606/2025 — Institui diretrizes para a Política de Atenção à Saúde Mental Materna no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 812/2025 — Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento por médico psiquiatra ou psicólogo nas maternidades públicas durante a gravidez, o período do puerpério e, por fim, nos casos de luto materno e dá outras providências.

PL nº 218/2026 — Institui o Estatuto da Mulher Paulistana, regula direitos, estabelece medidas de assistência, proteção, promoção da autonomia e organização da Rede de Proteção das Mulheres no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 625/2025 — Institui a Política Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental no âmbito do Município de São Paulo.

PL nº 280/2024 — Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de fisioterapeuta nas maternidades no momento do pré-parto, parto e puerpério no Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL nº 165/2022 — Institui o Programa Básico de Enfrentamento à Violência Obstétrica no Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 03 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.0680